

POLÍTICA PETISTA FOI CONDENADO A 9 ANOS E MEIO POR CORRUPÇÃO, E AGUARDA RECURSO EM LIBERDADE

Apenas provas podem sustentar condenação de Lula, dizem especialistas

Juristas e ex-ministros afirmam que acordos de delação premiada e itens no processo do ex-presidente pelo juiz Sérgio Moro talvez não sejam suficiente para condenação

BRASÍLIA

Da redação
@jornalovale

Juristas e ex-ministros acreditam que as provas juntadas na sentença de condenação de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelo juiz federal Sérgio Moro talvez não sejam necessárias para que o Tribunal Regional Federal confirme a pena de nove anos e seis meses imposta ao ex-presidente.

Nomes ouvidos pelo portal UOL dizem que a condenação não deve se sustentar apenas com o apresentado na denúncia. "Ele [Moro] não se comporta como magistrado, mas como um acusador", afirma o jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, fundador do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. "Não se pode confiar que o Judiciário vá corrigir erros grosseiros. Essa condenação não para em pé", disse.

A sentença foi baseada na suposta propriedade do apartamento triplex no Guarujá, cujas benfeitorias feitas pelo Grupo OAS teriam sido pagas em forma de propina.



Na mira. Ex-presidente foi condenado por Moro, e aguarda recurso no Tribunal Regional Federal

9 ANOS e meio de prisão foi a condenação imposta pelo juiz federal Sérgio Moro para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Segundo Sydney Sanches, presidente do Supremo Tribunal Federal entre 1991 e 1993, Moro a condenação pode ser válida caso as acusações de delação premiada tenham sido confirmadas. "Se o juiz se baseou apenas na delação premiada, parece vulnerável. Mas parece que a delação foi comprovada", afirmou.

Para Claudio Fonteles, procurador-geral da República entre 2003 e 2005, só a delação pode não ser o suficiente. "Não cabe condenar alguém apenas na palavra do corrêu, porque ambos estão envolvidos. Se não sair dessa toada e não se basear em perícias e documentos, os testemunhos não são isentos", disse.

EX-MINISTRO SUPERINTENDÊNCIA DO ESTADO DIZ NÃO TER O EQUIPAMENTO

Bahia: não há tornozeleira eletrônica para Geddel

DESTAQUE. A Polícia Federal informou que a Superintendência da Bahia "não dispõe de sistema de monitoramento eletrônico de pessoas", conhecido como tornozeleira eletrônica.

Com isso, a prisão domiciliar do ex-ministro Geddel Vieira Lima não poderá ser monitorada pela Justiça.

A nota da PF ainda explica que o equipamento é de atribuição do sistema prisional federal ou do estado.

No entanto, o órgão afirma a impossibilidade de cumprir a decisão da 10ª Vara Fed-



Preso. Ex-ministro não poderá ser monitorado pela Justiça

ral, em Brasília, que determina que, no prazo de 48 horas, a Superintendência da PF forneça a tornozeleira para uso do ex-ministro.

Em nota, a SEAP (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização) da Bahia informou que "ainda não possui tornozeleiras eletrônicas".

A pasta afirma que fez duas licitações para a compra do equipamento: a primeira, para aquisição de 300 tornozeleiras, "já em fase final de homologação", com previsão de entrega para o próximo mês. A segunda licitação prevê a compra de 3.200 equipamentos.

A falta de tornozeleira eletrônica em Brasília, onde Geddel estava preso, atrasou sua soltura em um dia. ■

TRANSPORTE

SP apresenta ônibus elétrico para 300 km de autonomia

DESTAQUE. A Prefeitura de São Paulo apresentou um ônibus elétrico, alimentado por baterias, com capacidade para transportar 84 passageiros e com até 300 quilômetros de autonomia. A linha em que o ônibus circulará ainda não foi definida e a previsão é a de que o veículo entre em operação até o dia 31 de julho, após passar por fiscalizações feitas pela SPTrans - empresa que faz a gestão do transporte público na capital paulista. ■

CURTAS BRASIL&

ECONOMIA

Atividade econômica registra queda

Destaque. A atividade econômica no país registrou queda em maio. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central, ajustado para o período, apresentou queda de 0,51%, comparado a abril.

POLÍTICA

Padilha: trocas na CCJ são 'jogo político'

Destaque. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que as trocas de deputados na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) é 'jogo político'. Na quinta, a CCJ votou rejeição da denúncia contra Michel Temer.

“Colocaram-se outros [deputados] que tinham colocação garantida, porque iriam lá responder conforme a orientação do partido”.

Eliseu Padilha
Ministro da Casa Civil



SAÚDE

Pezão ficará afastado do governo do Rio

Política. O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, de 62 anos, vai se afastar do cargo durante uma semana para tratamento de problemas de saúde relacionados a seu quadro metabólico.